



Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE CAMPOS SALES

PARECER - PGM-LICITAÇÃO - 11 de Julho de 2019.

DE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS SALES
PARA: SECRETÁRIO DE OBRAS E URBANISMOS
Ref.: Análise do contrato de dispensa de licitação locação



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019-SOU, MINUTA DE CONTRATO ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS DA LEI Nº 8.666 DE 1993.

RELATÓRIO

Tratam os presentes autos, de processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO cujo objeto é o CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MEMBROS DA GUARDA MUNICIPAL DE CAMPOS SALES-CE, tendo sido encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para exame da legalidade do procedimento inicial e minuta/elementos do contrato.

Analisado os autos, passamos a opinar.

FUNDAMENTAÇÃO

A Lei das licitações nº 8.666 de 1993 regulamenta todo os processos de contratação com o serviço público através das diversas modalidades licitatórias, da DISPENSA e da inexigibilidade.

A dispensa de licitação é mecanismo excepcional, que visa em determinadas situações suprir legalmente a não possibilidade de realização de certame licitatório de ampla concorrência.

No caso em análise, o processo de DISPENSA encaixa-se no art. Art. 24, inciso II, alínea a: "para compras e serviços não referidos no inciso anterior" da Lei nº 8.666/1993), in verbis, alterado pelo Decreto Nº 9.412, de 18 de Junho de 2018:

Art. 24. É dispensável a licitação: *omissis* (...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Grifo nosso)

Pois bem, após análise, aprofundados elementos da minuta do contrato, da justificativa assim como processo de DISPENSA em questão, pôde-se verificar que o procedimento esta de acordo com os ditames constitucionais contidos no art. 37 incisos XXI da Constituição Federal, assim como obedecem às demandas legais da lei das licitações públicas.

CONCLUSÃO



Estado do Ceará

GOVERNO MUNICIPAL DE CAMPOS SALES



Neste diapasão opino, favoravelmente, pela legalidade do procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, ante o atendimento dos requisitos legais exigidos para a espécie quais sejam a minuta do contrato e a necessidade de locação (localização, laudo e vistoria).

Salvo melhor juízo, é o Parecer.

Domingos Sávio Ribeiro Leite
Procurador Adjunto - OAB/CE Nº 6.643
Prefeitura Municipal de Campos Sales